

SOCIOTERRITORIALIDADE NO NORTE DE MINAS: LUGAR DE VIDA – TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Ana Ivânia Alves Fonseca*
Ellen Vieira Santos**

Resumo: A política agrária que assistimos vem formulando propostas para amenizar conflitos de cunho agrário, sendo substituída por políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, que foi responsável pela modernização e dinamização do campo, no qual, contornos territoriais foram criados e recriados pelo capital industrial e financeiro. Assim, a leitura do campo brasileiro e especificamente do Norte de Minas se referenciam no paradigma da modernização agrícola. Neste contexto, a concentração fundiária no Brasil possui raízes históricas, uma vez que, a formação e a ocupação do território ainda no período colonial foram realizadas pelas sesmarias. Inicialmente foi introduzida a monocultura da cana-de-açúcar e, posteriormente já na década de 1970, a monocultura de eucalipto, grãos, algodão, detentores de grandes extensões de terra, com alta produtividade destinada ao abastecimento do mercado externo. Dessa forma, pequenos produtores rurais, remanescentes de quilombos, índios, populações tradicionais foram e vêm sendo expropriados de suas terras em função da necessidade de apropriação de novas terras pelo capital hegemônico. Neste sentido, procurou-se neste artigo fazer algumas considerações acerca do processo de socioterritorialização vivenciada pelas populações tradicionais do Norte de Minas, enquanto lugar de vida, pertencimento e identidade. A metodologia utilizada baseia-se em referencial teórico, observação empírica, respaldada na Geografia Cultural.

Palavras Chave: Norte de Minas. Modernização agrícola. Populações tradicionais. Socioterritorialização.

Abstract: The agrarian policy that has seen formulating proposals to alleviate conflicts of agrarian stamp, being replaced by public policy, sustainable rural development, which was responsible for the modernization and promotion of the

* Professora do Departamento de Geociências Unimontes. Coordenadora do Curso de Geografia da Rede Soebras. Mestre pela UFU. Ana.fonseca@unimontes.br

**Graduada em Geografia pela Unimontes. Pós-Graduada em Sociologia e Política pela Unimontes. Professora da Rede Estadual de Ensino. ellentakli@yahoo.com.br.

field, in which, territorial contours were created and recreated by industrial capital and financial. Thus, the reading of the Brazilian and specifically North of Minas was in reference paradigm of agricultural modernization. In this context, the concentration land in Brazil has historical roots, since, training and occupation of the territory still in the colonial period were made by sesmarias. Initially was introduced a monoculture of sugar cane and subsequently cited in the 1970, the monoculture of eucalyptus, grains, cotton, holders of large tracts of land, with high productivity intended to supply the foreign market. Thus, small rural producers, remnants of quilombos, Indians, traditional populations have been and are being expropriated of their land according to the need of acquisition of new land by the hegemonic capital. In this sense, it is in this article make some considerations about the process of socioterritorialização traditional experienced by the people of Northern Minas, as place of life, belonging and identity. The methodology is based on reference theoretical, empirical observation, supported the Cultural Geography.

Keywords: North of Minas. Agricultural modernization. Traditional populations. Socioterritorialização.

1.1 O Norte de Minas no Contexto do Capital Mundializado

No Norte de Minas, como em todo o Brasil, vigora o modelo agro-exportador, como modelo econômico da sociedade, que se baseava na organização da produção agrícola típica de plantation, ou seja, fazendas com grandes extensões de terra, dedicadas à monocultura (café, soja, algodão, pecuária extensiva...). A respeito disso Feliciano (2006, p. 234) afirma que ocorreram “fortes rupturas territoriais e sócio-culturais no campo”. Os problemas começaram na adoção deste modelo e evoluíram até os dias atuais.

Silva (2000) comprova em seus apontamentos que o povo do lugar, constituído em sua maioria de famílias de camponeses, não foi levado em conta nesse processo de desenvolvimento econômico. O homem do campo passa a vivenciar fortemente a exploração sobre ele, seja através da expropriação de suas terras e apropriação de sua força de trabalho, seja através da apropriação de parte do que produz.

Segundo Gonçalves (2000), a concentração fundiária na região foi instituída ainda no período colonial. Depois vieram a industrialização agrícola, os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas colocadas à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora. Sendo assim, a partir, da década de 1970, o fomento de incentivos fiscais para reflorestamentos juntamente com a expansão da fronteira agrícola e da pecuária extensiva vieram mudar a paisagem e a problemática fundiária no Norte de Minas, sendo que, a expropriação de povos e comunidades tradicionais provocou o que muitos autores chamam

de socioterritorialização. No entender de Dayrell (2000), quando o processo de “desenvolvimento” chega à região, as populações camponesas, indígenas, quilombolas que aí viviam secularmente são expropriadas de suas terras, ou seja, do seu instrumento de trabalho e subsistência. Com a chamada modernização agrícola foram privilegiadas as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade.

Esse conjunto de transformações nas relações sociais e produtivas desencadeou no campo as lutas pela posse e uso da terra, fundamentadas na forte resistência dos camponeses que se viam encurralados pelos projetos agroindustriais que se expandem até a época atual.

A luta pela terra data do século XIX, com legislação que institui o mercado de terras no país, intensificado com a modernização do campo, por volta da década de 1960, modificando a paisagem regional e alterando profundamente a vida das populações rurais.

Neste sentido, como as grandes extensões de terra estavam direcionadas aos projetos de reflorestamentos (pinus e eucalipto), fruticultura irrigada e grandes projetos agropecuários, a região é inserida no contexto da internacionalização econômica, com grande produção de soja, algodão e fornecedora de matéria-prima, sobretudo de carvão para abastecimento das siderurgias mineiras; subordinando o camponês à monoproduções e padrões operativos.

O desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, presente no avanço incansável do agronegócio na região, faz com que o capital crie e recrie as condições sócio-econômicas para sua reprodução, uma vez que, milhares de camponeses expropriados de suas terras, perdem seus instrumentos de trabalho, reprodução social, cultural, econômica. Na análise de Oliveira (2001, p. 47).

Assim é que com a expansão do capitalismo no Brasil, nas últimas décadas, o número desses conflitos tem aumentado, sendo expropriação num ponto do país, o posseiro vai surgir em outro para mais uma tentativa de reconquista da autonomia do trabalho.

Assiste-se atualmente um crescimento dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária, mediante o acirramento da luta de classes concretizadas nas ações organizacionais dos trabalhadores rurais. Conforme Júnior (2006, p. 139), “o sentido contraditório do conflito ‘capital versus trabalho’ e de sua territorialização nas áreas de Cerrado, intensificado no processo já exposto de modernização da agricultura, pode ser apreendido na perspectiva das lutas sociais aqui travadas”.

Considerando a mesma lógica, Feitosa e Barbosa (2006, p.177) elucidam que

as ocupações de terras e os acampamentos conseqüentes tornaram-se a principal forma de ação dos movimentos de luta pela terra, ao lado das manifestações públicas tais como marchas e passeatas (...), promovendo a constituição de uma identidade política

Inúmeros conflitos são travados constantemente, em defesa não só de um pedaço de chão, mas também por uma vida de equidade e justiça para todos. Essa realidade agrária no Norte de Minas vem moldando novas formas de organização de produção e trabalho, que por sua vez, se materializam na luta cotidiana pela posse e uso da terra. Feitosa e Barbosa (apud Fernandes, 2006, p. 184), acrescentam que:

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação de terra. A ocupação de terra é condição de territorialização. A luta conquistada é uma fração do território, onde os sem-terras se organizam para promover um novo grupo de família que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terras migram para todo o território nacional, plantando as raízes da luta e mirando a concentrada estrutura fundiária.

Percebe-se que as políticas públicas para o campo nunca estiveram voltadas para os interesses da grande maioria que são os povos e as comunidades tradicionais. É de fundamental importância abrir um parêntese em torno da mídia no que diz respeito aos conflitos agrários, que ao abordar a questão adota uma visão equívoca e hegemônica. Como avalia Oliveira (2001, p. 19)

... a empresa brasileira tem registrado as evidências e as marcas da violência presente nos conflitos social no campo brasileira. Notícias sobre assassinatos de posseiros, bóias-frias, líderes sindicais, agentes pastorais, padres e advogados têm sido comuns entre nós.

A questão dos conflitos repercutida na mídia quer apenas fazer com que predomine uma concepção preconceituosa, ausente de conhecimento e informação daquilo que realmente representa a causa das lutas e, sobretudo, o motivo de sua permanência. Foram e são milhares e milhares que morrem por um pedaço de terra, por justiça, por dignidade e os meios de comunicação acabam reportando um viés irreal da situação.

Feitosa e Barbosa (2006, p. 184) esclarecem que “a ocupação de terras desenvolve processos de espacialização e territorialização quando são criados e recriados. O capitalismo com o seu poder opressivo, busca a todo custo manter sob controle o espaço de acumulação, mesmo que a violência seja usada”.

Nesta perspectiva, a região norte-mineira é palco de novas formas e estratégias de luta pela posse e uso da terra. Esse quadro unido a vários outros representa a concretização de mais um passo a caminho da reforma agrária.

A partir da década de 1970, houve um aumento significativo de posseiros, uma vez que, a agricultura passou por diversas transformações, no qual, a figura dos grandes produtores-donos de imensos latifúndios se sobrepôs a figura de pequeno.

As relações de trabalho no campo se distribuem de forma desigual e contraditória, cuja história remonta ao período da escravidão até a atualidade, onde a existência do posseiro se faz pela própria acumulação capitalista que os aprisiona. Nesta questão Oliveira (1996, p. 37) é categórica ao afirmar que "(...) o aumento dos posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho camponês familiar".

A reconcentração de terras tanto no Brasil, como no Norte de Minas, nasce e se reproduz no seio da própria produção camponesa. Oliveira (2001, p. 39), diz que "o camponês médio ou rico anexa através da compra, a terra de pequeno, que muitas vezes vai buscar uma área maior em outra região (...) ou que tenha sido vítima da proletarização, com conseqüente migração para as cidades." É por isso, que os conflitos pela terra ultrapassam o 'espaço do campo', tornando-se evidente a cada dia, que a luta pela terra só pode ser feita na cidade.

A conjuntura da reconcentração fundiária estabelecida é fator preponderante nas relações homem-terra, com agravamento da situação devido às desigualdades de desenvolvimento capitalista na região sobre o Cerrado e seus povos. Pode-se entender que a disputa pela terra é um retrato fiel do descontentamento dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, refletido nos movimentos sociais, tornando-se urgente não só a conservação das áreas de remanescentes de Cerrado, como também do extraordinário patrimônio sócio-cultural desse bioma.

A região norte-mineira é tida também como território de transição geograficamente pertencente ao sudeste do Brasil e ao Polígono das Secas. Que para o planejamento estatal é considerada como Região Mineira do Nordeste (RMNE), onde os programas governamentais foram responsáveis pela riqueza de poucos e pobreza de muitos.

Embora venham desempenhando um importante papel na conservação dos recursos biológicos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados, inclusive na manutenção da agrobiodiversidade, os povos e comunidades tradicionais tem vivido uma situação de agravamento das questões relacionadas às possibilidades de permanência em seus territórios.

Assim, percebem-se as estratégias de movimentos sociais em parceria com as comunidades tradicionais para reapropriar de seus territórios, elemento indispensável na reprodução de sua cultura, de sua identidade.

Para Gonçalves (2000), essa realidade é reflexo do vetor globalizado que funcionaliza os lugares, no qual, determinados recursos existentes na região norte-mineira foram selecionados, destacados, abstraídos de totalidade local/regional e funcionalizados por determinados vetores que operam de modo a ignorar essas totalidades que são os lugares de vida. Dentre esses recursos, não está somente o território, mas, o próprio homem do campo¹, seus valores, sua identidade, todo um saber ecológico do lugar, que é repassado por várias gerações, perpetuando uma racionalidade que se vê seriamente transformada por essa funcionalidade de lugares e pessoas.

Portanto, esse modelo de desenvolvimento implantado na região associado a política militar da época, consideraram essa áreas como “vazios”, embora manejadas e habitadas secularmente por populações camponesas e indígenas. A consequência dessa política desenvolvimentista provocou dentre outros fatores, a crescente descentralização de suas estratégias produtivas, ameaçando sensivelmente sua matriz sócio-cultural, tornando as invisíveis perante as instâncias do poder público.

No que diz respeito às características de seus processos produtivos, os mesmos são marcados pela economia de subsistência, onde a produção e determinada por questões singulares ligadas as necessidades *versus* possibilidades, destacando-se as dificuldades enfrentadas por esse grupos no campo econômico, sobretudo, no que se refere ao acesso ao crédito e ao reconhecimento de suas formas de organização social.

Desde o início dos anos 2000as comunidades vêm desenvolvendo propostas para retomada de seus territórios, onde já apresentaram ao governo do estado de Minas Gerais e ao Governo Federal um programa de Reconversão Agroextrativista das áreas de monocultura e eucalipto e a constituição de RESEX's – Reservas Extrativistas Geraizeiras. Estas comunidades encontram-se hoje articuladas com o MASTRO (Movimneto Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região do Alto do rio Pardo), FETAEMG (Federação dos Trabalhadores Rurais do estado de Minas Gerais), Rede Deserto Verde, Via Campesina, Rede Cerrado, ASA (Articulação do Semi-Árido) e ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). (Trecho da carta da 3ª Conferência Geraizeira realizada na comunidade de Vereda Funda – Rio Pardo de Minas, no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2007).

Percebe-se desse modo que, a conjuntura a reconcentração fundiária estabelecida é fator preponderante nas relações homem-terra, com agravamento da situação devido às desigualdades do desenvolvimento capitalista. Pode-se inferir que a luta pelo território é um retrato fiel do descontenta-

¹ Refere-se aqui os camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, caatingueiros, seringueiros... Enfim, os que se auto-reconhecem enquanto povos tradicionais.

mento dos povos e comunidades tradicionais, refletido nos movimentos sociais na luta pelo patrimônio sócio-cultural.

1.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SOCIOTERRITORIALIDADE²

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural apresentando a existência de centenas de grupos e comunidades tradicionais que incluem, entre outros seringueiros, cablocos, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de côco, quilombolas, povos indígenas, pantaneiros, campeiros, geraizeiros, caatingueiros e faxinais. Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se: a ligação intensa com seus territórios, incluindo seu domínio cognitivo, com profundos conhecimentos sobre fatores climáticos, solos, unidades vegetacionais; a presença de instituições políticas próprias e tradicionais; a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência e para a manutenção da coesão social.

Mesmo sendo parte integral e formadora da sociedade brasileira, essas vêm, ao longo da história perdendo os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais. O que resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes, refletindo diretamente na sua qualidade de vida. Como principal causa deste quadro pode-se citar a falta de reconhecimento da importância econômica, social e ambiental das atividades produtivas e culturais dessas comunidades, que têm sido historicamente excluídas das políticas públicas de promoção social e econômica consideradas “invisíveis”, “atrasadas”, ou mesmo como “obstáculo ao desenvolvimento e ao aumento da produção comercial”.

... terras tomadas, exploradas, euxaridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente pelo agressor capitalista. (Simon, 1945; p.23)

Tais populações constituem-se em sociedades diversas, tradicionais, específicas, que ainda mantêm seus processos produtivos com base no uso de insumos locais no aproveitamento das potencialidades e ecossistemas que as cercam; lutam pelo reconhecimento de seus direitos sócio-culturais, pela qualidade de vida e por uma forma de educação que atenda de fato suas especificidades e necessidades. A respeito disso, faz-se necessário:

... considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade), a presença de fecun-

² Parte do texto foi extraído da fala do Professor João Batista de Almeida Costa, na sua participação no 1º Fórum de Agroecologia e Reforma Agrária do PRONERA/UNIMONTES.

dos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002; p.05-06).

Pode-se acrescentar, que neste sentido é instituída pelo decreto N°6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, pelo então presidente da República Luiz Inácio da Silva a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

No Brasil, a idéia de que apenas os povos indígenas podiam ser considerados diferentes, começa a mudar com as lutas das populações tradicionais presentes secularmente não só no Norte de Minas, mas em todo o país. São povos e comunidades tradicionais, os veredeiros, vazanteiros, os geraizeiros, os caatingueiros, os seringueiros, os quilombolas, indígenas.

Sendo assim, os grupos étnicos são diferentes, mas não segundo o padrão que se conhece como normal. Como já foi dito, as diferenças estão nos seus sistemas de produção e nas suas manifestações de modo coletivo, o que contradiz a produção convencional, ou seja, a monocultura que se estabelece segundo o modelo capitalista, no qual, o dono da propriedade detém a propriedade da força de trabalho e dos meios de produção. Para esses meios funcionarem, a produção tem que gerar produtos que gerem riqueza, que é sempre concentrada na mão de uma minoria de pessoas. O princípio norteador do Capitalismo é a reprodução do mercado, enquanto que o princípio da população tradicional é a produção da humanidade das pessoas, da produção do homem, melhorar a vida da coletividade, a família é a unidade de produção, todos trabalham para que o sistema funcione.

Dessa forma, as populações tradicionais são policultoras, ocupando múltiplos espaços de acordo com seus conhecimentos sobre o terreno, exercendo múltiplas atividades: agricultura, pecuária, extrativismo. São detentoras de direitos diferentes dos direitos que comumente conhecemos que se baseiam no direito individual consolidado pelo modo de vida europeu. Elas lutam por seus direitos de reconhecimento como povos tradicionais, buscam a retomada de posse de seus territórios, uma vez que elas são detentoras de território (coletividade) e não de terras (individualidade). Nessa perspectiva, o território perpassa por marcas e significados dessa população. Outro ponto a observar, consiste na Convenção 169 criada pela ONU, no qual, as populações têm que ser tratadas diferenciadas e as ações dentro da comunidade tem que levar em conta os direitos coletivos.

Considerações Finais

Consideramos que a mundialização capitalista foi e ainda é responsável pela funcionalidade dos lugares e das pessoas, expropriando milhares de brasileiros do campo. Sendo assim, a região norte-mineira é marcada por suas especificidades, isso devido a forte resistência do norte-mineiro frente ao capital mundializado. Nesta perspectiva, o contexto agrário do Norte de Minas é revestido por novas formas e estratégias de luta pela reconquista do seu território, explicitando a concretização de mais um passo a caminho da reforma agrária. A partir disso, deve-se compreender a espacialização do capital e seus desdobramentos na região, sendo que as seqüelas são percebíveis em três vertentes patentes: maior empobrecimento do homem do campo, degradação ambiental, sócio-cultural e péssimas relações de trabalho, resultantes da acumulação capitalista patrocinada pelo Estado, que obteve todos os instrumentos necessários para a sua implantação, expansão e reprodução no campo brasileiro.

Portanto, pode-se inferir que a política agrícola que gere mais emprego no campo a partir da modernização da agricultura, como foi implantada pelas grandes empresas rurais atendem somente aos interesses agroindustriais e, jamais será capaz de solucionar os graves problemas vividos pelos povos e comunidades tradicionais, tampouco, os problemas ecológicos e sócio-econômicos, mascarados no discurso de desenvolvimento rural sustentado, que na prática, nada mais é que assegurar condições para auto-expansão e reprodução do capital de acumulação flexível.

Referências

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem Não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. DAYRELL, Carlos Alberto. LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: A Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo:Contexto, 2006.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. BARBOSA, Rômulo Soares. Tendências e Desafios Regionais da Luta pela Posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil. FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. ZUBA, Janete Aparecida Gomes, JÚNIOR, João Cléps. **Debaixo da Lona**. Goiânia: Editora Goiás da UCG, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais: Breve Ensaio Sobre o Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. DAYRELL, Carlos Alberto. LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Juciara Mendonça. **O Processo de Industrialização no Brasil nas Décadas 60-70 e seus Efeitos sobre a Agricultura**. Monografia apresentada à Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 1996.

SHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**: tradução Hildergard Feist.- SÃO Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: O Caso do Sertão Norte-Mineiro. DAYRELL, Carlos Alberto. LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.